

CORREIO DA REGIÃO

DIVULGAÇÃO / CÂMARA DE NOVA ODESSA



Decisão reverte parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas

Nova Odessa aprova contas de 2022 contra parecer do TCE-SP

A Câmara de Nova Odessa aprovou, por seis votos a três, as contas da Prefeitura referentes a 2022, durante sessão ordinária na terça-feira (13). A decisão reverte o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), que havia recomendado a rejeição das contas do Executivo. O projeto de decreto legislativo foi apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento. Votaram contra a aprovação os vereadores Elvis Pelé (PL), André Faganello (Podemos) e Paulinho Bichof (Podemos). A proposta estava prevista para votação em setembro, mas recebeu pedido de vista de Faganello, que defendeu o acolhimento integral do parecer do tribunal. Com a aprovação, o Legislativo formalizou seu entendimento favorável às contas municipais, contrariando a avaliação do órgão de controle externo. A análise foi registrada no processo TC-004267.989.22-6, referente ao exercício de 2022.

Sumaré aprova o ‘Dia do Patriota’ no calendário

Sumaré aprovou, o projeto de lei que inclui o Dia do Patriota no calendário oficial do município. A proposta, de autoria do vereador Tião Correa, recebeu 15 votos favoráveis e um contrário, de Geraldo Medeiros, e segue para sanção do prefeito Henrique do Paraíso. A data será celebrada anualmente em 21 de março, com atividades nas escolas municipais sobre os símbolos nacionais, a Independência do Brasil e o significado do patriotismo. O texto também prevê reflexões sobre o futuro do país.

DIVULGAÇÃO/CÂMARA DE SUMARÉ



Proposta prevê sobre símbolos nacionais e patriotismo na cidade

Santa Bárbara d’Oeste aprova projetos de saúde

A Câmara de Santa Bárbara d’Oeste aprovou dois projetos de lei na sessão de terça-feira (13). Um prevê campanha de conscientização sobre burnout infantil associado ao uso excessivo de telas; o outro cria um programa de prevenção de doenças cardiovasculares em academias. A votação do projeto que inclui a Marcha para Jesus no calendário oficial foi adiada. A sessão também teve moções, debate sobre a defesa da vida e manifestação de auxiliares de desenvolvimento infantil que reivindicam enquadramento na carreira do magistério.

Sumaré lidera crédito na Região do Polo Têxtil

Sumaré lidera o volume de crédito do Banco do Povo Paulista na Região do Polo Têxtil, com R\$ 1,32 milhão em 74 operações em 2026, alta de 28,8% sobre todo o ano de 2025. Hortolândia aparece em segundo lugar, com R\$ 851 mil em 44 contratos, seguida por Americana, com R\$ 694 mil em 39 operações. Nova Odessa registrou R\$ 226 mil e Santa Bárbara d’Oeste, R\$ 123 mil. Juntas, as cinco cidades somam R\$ 3,22 milhões em 183 operações.

Revisão do Plano Diretor

A revisão do Plano Diretor Participativo de Vinhedo reuniu 408 pessoas em encontros nos quatro setores da cidade. Moradores podem enviar sugestões até segunda-feira (19), por formulário on-line ou pelo e-mail revisaopdpv@vinhedo.sp.gov.br. A proposta abrange diretrizes de desenvolvimento urbano, zoneamento e uso do solo.

Consultas agendadas

Monte Mor implantou atendimento médico sem agendamento nas unidades de Saúde da Família, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 9h e das 15h às 16h. A iniciativa busca ampliar o acesso à Atenção Primária e reduzir a procura por serviços de urgência. Consultas agendadas e acompanhamentos de rotina continuam nos demais horários.

Recesso de prefeito

O prefeito de Indaiatuba, Dr. Custódio Tavares, entra em férias a partir desta quarta-feira (14) e ficará afastado até 2 de novembro. Durante o período, o vice-prefeito Dr. Luiz Carlos Chiaparine assume o comando do município por 20 dias. A licença, autorizada pelo Decreto Legislativo nº 487/26, também permite eventual viagem ao exterior.

Sessão Ordinária

Vinhedo aprovou por unanimidade 37 moções e três requerimentos durante a 75ª Sessão Ordinária, realizada na terça-feira (13). Os vereadores também receberam três projetos de autoria do Executivo, sobre o quadro da Educação e do Magistério, regras para cobrança de dívidas tributárias e a criação do Código Municipal de Justiça Desportiva.

Fiscalização MP

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) vai fiscalizar a Promotoria de Justiça de Hortolândia de 19 a 23 de outubro. Serão analisados processos físicos e digitais. No dia 19, às 14h, o corregedor-geral receberá pessoas que queiram fazer reclamações sobre o trabalho ou a conduta dos promotores. O atendimento pode ser agendado por telefone.

Armários para estudantes

O vereador Juninho Laluepe de Paulínia propõe a instalação de armários nas escolas municipais para reduzir o peso do material escolar carregado pelos alunos. A implantação poderia ocorrer de forma gradual, conforme a estrutura e a demanda de cada unidade. Também foram solicitadas mais câmeras no Parque das Flores e tapa-buracos e reparos



Proposta recebeu 17 votos favoráveis e uma ausência

Americana aprova a exigência de ensino superior para secretários

Proposta estabelece formação como requisito para ocupar cargos executivos

Da Redação

A Câmara de Vereadores de Americana aprovou, em 1ª discussão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 2/2026, que prevê a exigência de formação superior para secretários municipais e diretores de departamentos. De autoria do vereador Dr. Wagner Rovina, a proposta recebeu 17 votos favoráveis e registrou uma ausência durante sessão extraordinária realizada na terça-feira (13), no Plenário Dr. Antônio Álvares Lobo.

O texto estabelece que os ocupantes desses cargos tenham diploma de curso superior reconhecido pelo Ministério da Educação, preferencialmente compatível com a área de atuação da respectiva pasta ou órgão. A proposta também prevê uma ressalva relacionada a notório saber, experiência profissional ou liderança reconhecida na área de atuação.

Além da qualificação, o projeto trata dos requisitos e impedimentos aplicáveis à nomeação dos auxiliares diretos do prefeito. A redação proposta para o artigo 67 da Lei Orgânica Municipal determina a observância da legislação aplicável e mantém a obrigação de apresentação de declaração pública de bens na

posse e no término do exercício do cargo. O texto também prevê que esses agentes estejam sujeitos aos mesmos impedimentos aplicáveis aos vereadores enquanto permanecerem nas funções.

A proposta cita as Leis Municipais nº 5.110/2010, nº 5.888/2016 e nº 6.548/2021. Na justificativa, Rovina afirma que a alteração busca atualizar a legislação municipal e estabelecer parâmetros para a ocupação dos cargos, sem modificar a estrutura administrativa nem retirar do prefeito a prerrogativa de nomear e exonerar seus auxiliares.

O vereador também relaciona a iniciativa aos princípios da Administração Pública previstos no artigo 37 da Constituição Federal, como legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo ele, a medida pretende fortalecer a transparência, a profissionalização da gestão pública, a segurança jurídica e a eficiência administrativa, além de aproximar a legislação municipal das práticas de governança pública.

O projeto ainda precisa ser aprovado em segunda discussão para concluir a tramitação legislativa. A nova votação está marcada para dia 20.